SP Recebíveis Premium I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissegmentos (Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios SP Recebíveis Premium I) CNPJ nº 07.738.319/0001-68

(Administrado pelo Banco Finaxis S.A. - CNPJ nº 11.758.741/0001-52)

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente no exercício findo em 30 de setembro de 2025 e 2024

Ref.: Relatório nº 25ATQ-020-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 30 de setembro de 2025 e 2024	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12ª andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

À Administradora e aos Cotistas do
SP Recebíveis Premium I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissegmentos (Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios SP Recebíveis Premium I)
(Administrado pelo Banco Finaxis S.A.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do SP Recebíveis Premium I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissegmentos (Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios SP Recebíveis Premium I) ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SP Recebíveis Premium I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissegmentos (Anteriormente denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios SP Recebíveis Premium I) em 30 de setembro de 2025 e 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.
Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2025 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | FIDC SP Recebíveis | GTB55653

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimento em Direitos Creditórios

(Conforme Nota Explicativa nº 5, Direitos creditórios)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Em 30 de setembro de 2025, o Fundo possuía o montante de R$ 22.688 mil, o equivalente a 84,86% de seu Patrimônio Líquido investido em direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e benefícios, representados por Notas Fiscais Eletrônicas ("NF-e") e Cheques. Desta forma, em nosso julgamento os riscos mais significativos para fins de auditoria são a mensuração, a existência e a realização destes ativos. Por este motivo, estes foram tratados como assuntos relevantes em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria foram, entre outros: **(i)** conciliação contábil da carteira; **(ii)** recálculo dos recebíveis; **(iii)** análise do enquadramento dos direitos creditórios adquiridos no exercício quanto aos critérios de elegibilidade definidos no regulamento do Fundo, por amostragem; **(iv)** exame dos termos de cessão para as aquisições de direitos creditórios, por amostragem; **(v)** exame dos lastros das operações de crédito, por amostragem ; **(vi)** testes documentais para os recebimentos financeiros dos direitos creditórios; **(vii)** acompanhamento dos níveis de inadimplência e recálculo da provisão no valor de recuperação de recebíveis, com base nas premissas disponibilizadas pelo administrador do Fundo, para direitos creditórios; e **(viii)** teste de aderência entre as informações registradas e as informações contábeis registradas e divulgadas.

Com base na abordagem de nossa auditoria, nos procedimentos efetuados e nas evidências obtidas, entendemos que os critérios e premissas adotados pelo Fundo para a mensuração do investimento em direitos creditórios e o respectivo resultado obtido no exercício, são razoáveis no contexto das demonstrações tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 30 de setembro de 2024 foi conduzido por outros auditores independentes, que emitiram o relatório datado em 13 de dezembro de 2024, sem modificação de opinião.

Responsabilidade da Administradora sobre as demonstrações financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de dezembro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

© 2025 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | FIDC SP Recebíveis | GTB55653

SP Recebíveis Premium I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissegmentos
(anteriormente denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios SP Recebíveis Premium I)
(CNPJ: 07.738.319/0001-68)

(Administrado pelo Banco Finaxis S.A. - CNPJ: 11.738.741/0001-52)

Demonstração da posição financeira
Em 30 de setembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto a quantidade de ativos)

	Notas	Quantidade	30/09/2025	% sobre o patrimônio líquido	Quantidade	30/09/2024	% sobre o patrimônio líquido
Ativo							
Disponibilidades	4		6	0,02		4	0,02
Títulos e valores mobiliários	5		4.335	16,21		3.616	17,93
Títulos públicos federais			628	2,35		554	2,75
Letras Financeiras do Tesouro		36	628	2,35	36	554	2,75
Cotas de fundos de investimento			3.707	13,86		3.062	15,18
Renda fixa							
Petra Liquidez Fundo de Investimento Referenciado DI LP		1.391	3.707	13,86	1.300	3.062	15,18
Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios			22.688	84,86		15.936	79,01
Notas fiscais a vencer	6.b	1.247	22.432	83,90	1.543	15.367	76,19
Notas fiscais vencidas	6.b	62	416	1,56	35	565	2,80
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos	6.i		(160)	(0,60)		(30)	(0,15)
Cheques a vencer	6.b		-	-	6	34	0,17
Cheques vencidos	6.b	3	26	0,10	3	26	0,13
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos	6.i		(26)	(0,10)		(26)	(0,13)
Valores a receber			422	1,58		1.025	5,08
Resgates a converter	10.c		300	1,12		-	-
Direitos creditórios a liquidar	6.c		122	0,46		1.025	5,08
Despesas antecipadas			2	0,01		18	0,09
Total do ativo			27.453	102,68		20.599	102,13
Passivo							
Valores a pagar			716	2,68		430	2,13
Taxa de consultoria especializada	15.d		320	1,20		326	1,63
Resgates a pagar	10.c		300	1,12		-	-
Direitos creditórios recebidos a identificar	6.e		61	0,23		71	0,35
Taxa de custódia	15.c		13	0,05		12	0,06
Despesas de auditoria			10	0,04		11	0,05
Taxa de administração	15.a		10	0,04		8	0,04
Taxa de gestão	15.b		1	-		1	-
Outros valores a pagar			1	-		1	-
Total do passivo			716	2,68		430	2,13
Patrimônio líquido			26.737	100,00		20.169	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido			27.453	102,68		20.599	102,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SP Recebíveis Premium I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissegmentos (anteriormente denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios SP Recebíveis Premium I)

(CNPJ: 07.738.319/0001-68)

(Administrado pelo Banco Finaxis S.A. - CNPJ: 11.738.741/0001-52)

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Composição do resultado dos exercícios	Notas	30/09/2025	30/09/2024
Direitos creditórios		**7.339**	**6.729**
Apropriação de rendimentos	6.g	6.603	5.412
Resultado nas negociações	6.g/h	866	1.327
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos	6.i	(130)	(10)
Títulos e valores mobiliários	**5**	**299**	**282**
Títulos públicos federais		**75**	**56**
Apropriação de rendimentos		75	56
Cotas de fundos de investimento em renda fixa		**224**	**226**
Reconhecimento de ganhos		224	226
Outras receitas		**9**	**-**
Reversão de provisão de exercícios anteriores	15.e	9	-
Demais despesas		**(3.679)**	**(3.134)**
Taxa de consultoria especializada	15.d	(3.302)	(2.766)
Taxa de custódia	15.c	(112)	(109)
Taxa de administração	15.a	(104)	(82)
Tarifas bancárias		(62)	(72)
Despesas com agências classificadoras de risco		(36)	(42)
Taxa de gestão	15.b	(12)	(9)
Taxas judiciais		(11)	-
Despesa de auditoria		(10)	(11)
Taxa de fiscalização CVM		(10)	(11)
B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão		(7)	(7)
Despesas cartorárias		(4)	(5)
Despesas com honorários advocatícios		(1)	(17)
Outras despesas		(8)	(3)
Resultado dos exercícios pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido		**3.968**	**3.877**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SP Recebíveis Premium I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissegmentos (anteriormente denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios SP Recebíveis Premium I)

(CNPJ: 07.738.319/0001-68)

(Administrado pelo Banco Finaxis S.A. - CNPJ: 11.738.741/0001-52)

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 30 de setembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto a quantidade e o valor das cotas)

	Notas	30/09/2025	30/09/2024
Patrimônio líquido no início dos exercícios		**20.169**	**15.690**
Total de 1.754,379747 cotas subordinadas mezanino A a R$ 4.528,419182 cada uma		7.944	-
Total de 153,744295 cotas subordinadas juniores a R$ 79.512,485212 cada uma		12.225	-
Total de 1.421,552869 cotas subordinadas mezanino A a R$ 3.921,411276 cada uma		-	5.574
Total de 164,372959 cotas subordinadas juniores a R$ 61.542,604914 cada uma		-	10.116
Resultado dos exercícios pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido		**3.968**	**3.877**
Cotas emitidas	**10.b**	**6.514**	**2.832**
1.483,496806 cotas seniores 1ª emissão		1.500	-
715,892534 cotas subordinadas mezanino A		3.636	-
15,775325 cotas subordinadas juniores		1.378	-
659,122878 cotas subordinadas mezanino A		-	2.712
1,529401 cotas subordinadas juniores		-	120
Cotas resgatadas	**10.c**	**(3.914)**	**(2.230)**
70,874371 cotas seniores 1 ª emissão		(78)	-
343,822105 cotas subordinadas mezanino A		(1.733)	-
24,075494 cotas subordinadas juniores		(2.103)	-
326,296003 cotas subordinadas mezanino A		-	(1.390)
12,158065 cotas subordinadas juniores		-	(840)
Variação decorrente da movimentação de cotas		**2.600**	**602**
Patrimônio líquido no final dos exercícios		**26.737**	**20.169**
Total de 1.412,622435 cotas seniores 1ª emissão a R$ 1.126,182046 cada uma		1.591	-
Total de 2.126,450176 cotas subordinadas mezanino A a R$ 5.335,003369 cada uma		11.344	-
Total de 145,444126 cotas subordinadas juniores a R$ 94.893,540863 cada uma		13.802	-
Total de 1.754,379747 cotas subordinadas mezanino A a R$ 4.528,419182 cada uma		-	7.944
Total de 153,744295 cotas subordinadas juniores a R$ 79.512,485212 cada uma		-	12.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SP Recebíveis Premium I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissegmentos (anteriormente denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios SP Recebíveis Premium I)

(CNPJ: 07.738.319/0001-68)

(Administrado pelo Banco Finaxis S.A. - CNPJ: 11.738.741/0001-52)

Demonstração dos fluxos de caixa - método direto
Exercícios findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/09/2025	30/09/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Compra de direitos creditórios	(210.292)	(176.217)
Recebimentos de direitos creditórios e juros	211.772	179.310
Compra de cotas de fundos de investimento	(452.165)	(545.620)
Venda de cotas de fundos de investimento	451.745	544.940
Pagamento da taxa de administração	(102)	(80)
Pagamento da taxa de gestão	(11)	(9)
Pagamento da auditoria	(11)	(11)
Pagamento da taxa de custódia	(112)	(109)
Pagamento da consultoria especializada	(3.308)	(2.648)
Demais pagamentos/recebimentos	(114)	(158)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(2.598)**	**(602)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cotas emitidas	6.514	2.832
Cotas resgatadas	(3.914)	(2.230)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**2.600**	**602**
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**2**	**0**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	**4**	**4**
Disponibilidades	4	4
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios	**6**	**4**
Disponibilidades	6	4

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SP Recebíveis Premium I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissegmentos (anteriormente denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios SP Recebíveis Premium I)

CNPJ: 07.738.319/0001-68

(Administrado pelo Banco Finaxis S.A. - CNPJ: 11.758.741/0001-52)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma)

1. Contexto operacional

O SP Recebíveis Premium I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissegmentos (anteriormente denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios SP Recebíveis Premium I) ("Fundo"), foi constituído em 19 de dezembro de 2005 e iniciou suas atividades em 06 de março de 2006, sob a forma de condomínio de natureza especial em regime aberto, com prazo de duração indeterminado.

O Fundo, conforme atual disposição e vigência da Resolução CVM 175/2022, é considerado um Fundo de classe única de cotas ("Classe"), de modo que todas as referências à Classe nas demonstrações financeiras serão entendidas como referências ao Fundo e vice-versa.

O objetivo de investimento do Fundo é proporcionar aos cotistas a valorização das suas cotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, nos (i) direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade e as condições de cessão, e (ii) ativos financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo, estabelecidos no regulamento e na regulamentação aplicável, observada a política de investimento do Fundo.

A meta do Fundo é atingir a rentabilidade para cada uma de suas subclasses de cotas conforme segue:

Subclasse de cotas	Data de encerramento da subclasse de cotas	*Benchmark*
Cotas seniores 1ª emissão	-	3,00% a.a. ([1])
Cotas subordinadas mezanino A	-	4,00% a.a. ([1])

Não há *benchmark* estabelecido para as cotas subordinadas juniores.

([1]) Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), divulgado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

O Fundo destina-se exclusivamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, nos termos da regulamentação vigente.

As cotas do Fundo estão sujeitas as oscilações positivas e negativas de acordo com os ativos integrantes de sua carteira, podendo levar inclusive a perdas patrimoniais para seus cotistas.

Os investimentos no Fundo não são garantidos pelo administrador, gestora, qualquer mecanismo de seguro ou pelo Fundo Garantidor de Crédito ("FGC"). Os cotistas estão expostos à possibilidade de perda do capital investido, em decorrência do perfil de investimentos do Fundo.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Resolução CVM 175/2022, Instrução CVM 489/2011 e pelas demais orientações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 23 de dezembro de 2025.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem o saldo de caixa e instrumentos financeiros com vencimento original três meses ou menos, a partir da data de contratação, sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

c) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pelo Fundo. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição acrescidos do custo de transação, quando na categoria de custo amortizado, e após reconhecimento pela curva ou valor justo, dependendo de sua classificação contábil.

d) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação.

(ii) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação. Esta categoria está composta pelos títulos públicos federais e pelas cotas de fundos de investimento.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados utilizando o método da taxa efetiva de juros, apurada no início da operação. Esses ativos estão sujeitos a provisões para perdas sempre que houver evidência de redução do seu valor recuperável. Esta categoria está composta pelos direitos creditórios.

e) Direitos creditórios

Direitos creditórios - a vencer

Os direitos creditórios são registrados ao custo de aquisição, acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Direitos creditórios - vencidos

Os direitos creditórios vencidos encontram-se registrados pelos valores atualizados até a data dos respectivos vencimentos.

A apropriação dos rendimentos dos direitos creditórios vincendos é reconhecida no resultado, na rubrica "Apropriação de rendimentos", a partir da data de vencimento do direito creditório, não são mais apropriados juros remuneratórios. Os lucros ou prejuízos apurados nas negociações são registrados pela diferença entre o valor pago e o valor presente do título, e reconhecidos no resultado em "Resultado nas negociações".

f) Classificação dos direitos creditórios

Os direitos creditórios podem ser classificados nos seguintes grupos:

i. **Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios –** nesse grupo são classificadas as operações em que o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente; e

ii. **Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios –** nesse grupo são classificadas as operações em que o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade do administrador sendo estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associado ao direito creditório objeto da operação.

g) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

A provisão para perdas é constituída, com base nas orientações emanadas pela Instrução CVM 489/2011, sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, avaliados pelo custo ou custo amortizado. A perda por redução no valor de recuperação deve ser mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas.

Provisão para perdas por redução no valor de recuperação - avaliação individual

Para direitos creditórios de um mesmo devedor, a perda é mensurada sobre todo o fluxo de caixa esperado desse devedor, levando em consideração a natureza da transação e as características do ativo e as garantias a ele atreladas.

Provisão para perdas por redução no valor de recuperação - avaliação coletiva

A provisão para perdas por redução no valor de recuperação em base coletiva é mensurada em duas circunstâncias: (i) para cobrir as perdas incorridas, mas que ainda não foram identificadas em direitos creditórios sujeitos a avaliação individual; e (ii) para grupos homogêneos de direitos creditórios que não são considerados significativos.

A provisão para perdas por redução no valor recuperável em base coletiva é determinada levando em consideração: (i) a experiência de perdas nas carteiras com características similares de risco de crédito; e (ii) o período estimado entre a ocorrência das evidências objetivas de redução ao valor recuperável e a identificação efetiva de perdas.

Adicionalmente a coobrigação dos cedentes para os títulos sem aquisição substancial de riscos e benefícios não garante a recompra dos direitos creditórios, sendo que eventuais inadimplências possuem reflexo no cálculo do provisionamento por perdas por redução no valor de recuperação, com impacto no resultado do Fundo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a) Composição da carteira

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto conforme a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa	30/09/2025	30/09/2024
Disponibilidades ([1])	6	4
Total	**6**	**4**

([1]) as disponibilidades estão representadas por depósitos bancários à vista.

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários registrados na categoria de "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" estão assim classificados:

Em 30 de setembro de 2025

Títulos e valores mobiliários	Vencimento	Valor da curva	Valor contábil
Títulos públicos federais			
Letras Financeiras do Tesouro	Acima de 1 ano	625	628
Cotas de fundos de investimento			
Renda fixa (i)	Sem vencimento	3.707	3.707
Total		**4.332**	**4.335**

Em 30 de setembro de 2024

Títulos e valores mobiliários	Vencimento	Valor da curva	Valor contábil
Títulos públicos federais			
Letras Financeiras do Tesouro	Acima de 1 ano	551	554
Cotas de fundos de investimento			
Renda fixa (i)	Sem vencimento	3.062	3.062
Total		**3.613**	**3.616**

(i) O Fundo possui aproximadamente 13,86 % (2024 – 15,18 %) do seu patrimônio líquido representado por aplicações em cotas de fundo renda fixa do **Petra Liquidez Fundo de Investimento Referenciado DI LP** – CNPJ: 17.000.151/0001-42, administrado pelo Banco Finaxis S.A., constituído em 28 de fevereiro de 2013 e iniciou suas atividades em 03 de novembro de 2014, sob a forma de condomínio de natureza especial em regime aberto, com prazo de duração indeterminado. O fundo, conforme atual disposição e vigência da Resolução CVM 175/2022, é considerado um fundo de classe única de cotas. O objetivo de investimento do fundo é buscar rentabilidade que acompanhe 100% da variação do verificada pelo CDI, no médio e longo prazo, calculado e divulgado pela B3. As demonstrações financeiras de 31 de março de 2025 foram emitidas em 09 de junho de 2025, sem modificação de opinião.

b) Movimentação dos títulos e valores mobiliários

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é substancialmente composta por:

	30/09/2025	30/09/2024
Saldo no início dos exercícios	**3.616**	**2.654**
(+) Aquisições	452.165	545.620
(-) Resgates	(451.745)	(544.940)
(+) Rendimentos	299	282
Saldo no final dos exercícios	**4.335**	**3.616**

6. Direitos creditórios

a) Característica dos direitos creditórios

A carteira de direitos creditórios do Fundo é expressa em moeda nacional, por direitos e títulos representativos de crédito, com ou sem garantias reais ou pessoais a eles atreladas, incluindo, sem limitação, nota fiscal eletrônica, nota fiscal eletrônica de serviços, conhecimento de transporte eletrônico, notas comerciais, cheques, contratos de locação e contratos mercantis de compra e venda de produtos e/ou prestação de serviços performados e/ou para entrega ou prestação futura, bem como títulos ou certificados representativos desses contratos, realizadas no segmento de segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e/ou de prestação de serviços.

b) Composição dos direitos creditórios

Em 30 de setembro de 2025

Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

						Vencimentos					
	Valor contábil	Valor nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa média das operações	0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima 361
Notas fiscais a vencer											
Indústria	2.646	2.790	144	-	44,26%	1.216	298	803	142	103	84
Comércio e serviços	19.786	20.071	285	-	39,40%	19.678	53	54	1	-	-
Total notas fiscais a vencer	**22.432**	**22.861**	**429**	**-**		**20.894**	**351**	**857**	**143**	**103**	**84**
Notas fiscais vencidas											
Indústria	268	268	-	(17)	41,81%	227	22	15	-	-	4
Comércio e serviços	148	148	-	(143)	21,99%	1	-	-	35	2	110
Total notas fiscais vencidas	**416**	**416**	**-**	**(160)**		**228**	**22**	**15**	**35**	**2**	**114**
Cheques vencidos											
Comércio e serviços	26	26	-	(26)	49,50%	-	-	-	-	-	26
Total cheques vencidos	**26**	**26**	**-**	**(26)**		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**26**
Total	**22.874**	**23.303**	**429**	**(186)**		**21.122**	**373**	**872**	**178**	**105**	**224**

Em 30 de setembro de 2024

Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

						Vencimentos					
	Valor contábil	**Valor nominal**	**Rendas a apropriar**	**Provisão**	**Taxa média das operações**	**0-30**	**31-45**	**46-90**	**91-180**	**181-360**	**Acima 361**
Notas fiscais a vencer											
Indústria	4.166	4.447	281	-	42,77%	1.616	863	1.157	197	109	224
Comércio e serviços	11.201	11.534	333	(16)	41,54%	5.433	4.561	1.205	2	-	-
Total notas fiscais a vencer	**15.367**	**15.981**	**614**	**(16)**		**7.049**	**5.424**	**2.362**	**199**	**109**	**224**
Notas fiscais vencidas											
Indústria	95	95	-	(7)	46,34%	88	3	-	-	-	4
Comércio e serviços	470	470	-	(7)	45,20%	470	-	-	-	-	-
Total notas fiscais vencidas	**565**	**565**	**-**	**(14)**		**558**	**3**	**-**	**-**	**-**	**4**
Cheques a vencer											
Comércio e serviços	34	34	-	-)	38,42%	34	-	-	-	-	-
Total cheques a vencer	**34**	**34**	**-**	**-**		**34**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Cheques vencidos											
Comércio e serviços	26	26	-	(26)	49,50%	-	-	-	-	-	26
Total cheques vencidos	**26**	**26**	**-**	**(26)**		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**26**
Total	**15.992**	**16.606**	**614**	**(56)**		**7.641**	**5.427**	**2.362**	**199**	**109**	**254**

A concentração dos maiores cedentes está assim representada:

Em 30 de setembro de 2025

Cedentes	Quantidade sacados	Vencidos	A vencer	Total	Provisão	% sobre o total de direitos creditórios
Cedente 1	53	2	4.602	4.604	(2)	20,13
Cedente 2	39	35	4.378	4.413	(31)	19,29
Cedente 3	29	-	4.044	4.044	-	17,68
Cedente 4	10	-	3.263	3.263	-	14,26
Cedente 5	9	-	3.261	3.261	-	14,26
Demais 8	346	405	2.884	3.289	(153)	14,38
Total	**486**	**442**	**22.432**	**22.874**	**(186)**	**100,00**

Em 30 de setembro de 2024

Cedentes	Quantidade sacados	Vencidos	A vencer	Total	Provisão	% sobre o total de direitos creditórios
Cedente 1	17	-	3.474	3.474	-	21,72
Cedente 2	8	465	2.174	2.639	(24)	16,50
Cedente 3	47	-	2.510	2.510	-	15,70
Cedente 4	17	49	2.242	2.291	(2)	14,33
Cedente 5	24	-	1.628	1.628	-	10,18
Demais 6	370	77	3.373	3.450	(30)	21,57
Total	**483**	**591**	**15.401**	**15.992**	**(56)**	**100,00**

c) Valores a receber

O saldo na rubrica “Direitos creditórios a liquidar” de R$ 122 (2024 - R$ 1.025), apresentado no ativo, refere-se a direitos creditórios liquidados pelos sacados na data base, cujo recebimento por parte do Fundo ocorre no primeiro dia útil subsequente.

d) Critérios de elegibilidade e condições de cessão

Todo e qualquer direito creditório a ser adquirido pelo Fundo deverá atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, aos seguintes critérios de elegibilidade e condições de cessão:

Critérios de elegibilidade

i. Sejam representados em moeda corrente nacional;
ii. Enquadramento aos limites de concentração;
iii. O Fundo somente poderá adquirir direitos creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data de aquisição;
iv. Os direitos creditórios devem ser somente de devedores que na data da cessão não estejam em atraso com o Fundo há mais de 30 dias, sendo que a soma dos recebíveis de cada um dos devedores em atraso há até 30 dias não poderá ultrapassar 5% do patrimônio líquido do Fundo; e
v. Os direitos creditórios deverão ter prazo médio de vencimento de no máximo 60 dias contados da data de aquisição.

Condições de cessão

O Fundo somente poderá adquirir direitos creditórios que atendam às seguintes condições de cessão, a serem validadas pela consultoria especializada:

i. Considerada *pro forma* a cessão pretendida, os direitos creditórios devidos pelos 8 devedores, e seus respectivos grupos econômicos, de maior representatividade não deverão ultrapassar o total das cotas subordinadas em circulação;
ii. Os direitos creditórios não deverão decorrer de receitas públicas originárias ou derivadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e fundações.

O Termo de Apuração da Consulta Formal de 22 de setembro de 2025 deliberou a alteração das condições de cessão, até 22 de novembro de 2025 era:

i. Considerada *pro forma* a cessão pretendida, os direitos creditórios cedidos e/ou devidos pelos 5 cedentes e/ou devedores, e seus respectivos grupos econômicos, de maior representatividade não deverão ultrapassar o total das cotas subordinadas júnior em circulação;
ii. Considerada *pro forma* a cessão pretendida, os direitos creditórios cedidos e/ou devidos pelos 8 cedentes e/ou devedores, e seus respectivos grupos econômicos, de maior representatividade não deverão ultrapassar o total das cotas subordinadas em circulação;
iii. Considerada *pro forma* a cessão pretendida, o prazo médio ponderado dos direitos creditórios integrantes da carteira não deverá ultrapassar 60 dias; e

iv. Os direitos creditórios não deverão decorrer de receitas públicas originárias ou derivadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e fundações.

e) Direitos creditórios recebidos a identificar

O saldo na rubrica "Direitos creditórios recebidos a identificar" de R$ 61 (2024 – R$ 71), apresentado no passivo, corresponde a direitos creditórios liquidados pelos sacados e ao envio de recursos ao Fundo para recompra de direitos creditórios, que estão pendentes de conciliação pela administração.

f) Garantias

Os direitos creditórios não possuem garantias nos exercícios findos em 30 de setembro de 2025 e 2024.

g) Movimentação dos direitos creditórios

A movimentação dos direitos creditórios ocorrida é substancialmente composta por:

	30/09/2025	30/09/2024
Saldo no início dos exercícios	**15.992**	**13.253**
(+) Aquisições	210.292	176.217
(-) Liquidações e recompras	(211.772)	(179.310)
(+) Rendimentos	6.603	5.412
(+) Resultado nas negociações	866	1.327
(+/-) Liquidação a receber	903	(916)
(-/+) Direitos creditórios recebidos a identificar	(10)	9
Saldo no final dos exercícios	**22.874**	**15.992**

h) Resultado nas negociações com direitos creditórios

O saldo da rubrica "resultado nas negociações" é substancialmente composto por:

	30/09/2025	30/09/2024
Resultado de recompras e/ou substituições (i)	27	29
Juros pagos pelos sacados pelos atrasos na liquidação dos direitos creditórios	844	1.303
Descontos, na antecipação do pagamento dos direitos creditórios	(5)	(5)
Total	**866**	**1.327**

i. Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo podem ser recomprados e/ou substituídos pelos cedentes, em caso de inadimplência dos sacados:

	Valor de aquisição	Valor presente	Valor pago	Resultado
Exercício findo em 30 de setembro de 2025	2.489	2.553	2.580	27
Exercício findo em 30 de setembro de 2024	1.335	1.353	1.382	29

i) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

A metodologia de provisão para perdas no valor de recuperação dos ativos utilizada pelo administrador é feita em duas fases: i) Provisão por perda esperada; e ii) Provisão por faixa de atraso, e baseada nos seguintes fatores:

i) Provisão por perda esperada: aplica-se aos títulos a vencer e vencidos. Consiste em classificar as carteiras de direitos creditórios, agrupadas por cedente, definindo um rating para estas carteiras, considerando dois critérios:

a) Histórico de inadimplência, obtido através da análise histórica dos recebíveis do cedente (base interna); e

b) Análise de variáveis de mercado oriundo da análise das informações restritivas dos cedentes ou sacados, tendo como fonte de dados, a Serasa Experian (base externa).

Excepcionalmente, a análise pode ocorrer no nível sacado, quando este se fizer necessário a partir da avaliação da composição da carteira do Fundo.

A provisão para perdas é apropriada diariamente a partir da data de entrada (exclusive) até a data de vencimento (inclusive) do título de forma *pro rata*. O ativo em contrapartida é valorizado pela sua curva de juros da operação o que determina o ajuste diário da provisão até o vencimento. O percentual de provisão é aplicado ao valor presente do título e o cálculo do provisionamento pode ocorrer com o percentual cheio ou considerando uma curva de apropriação na qual o valor da provisão será cheio na data de vencimento do título. O rating define o percentual do valor contábil que será provisionado para a carteira de direitos creditórios, conforme demonstrado a seguir:

Rating	Atribuição	% de perda esperada
NA	Muito baixo	-
NB	Baixo	1,50
NC	Médio	3,00
ND	Alto	15,00
NE	Muito alto	30,00

ii) Provisão por faixa de atraso: aplica-se aos títulos vencidos e é calculada a partir da data de vencimento do título, respeitando a faixa de dias em atraso inicial e final do provisionamento.

A provisão padrão por faixa de atraso inicia-se no 16º dia de vencido (inclusive) e é provisionada durante 105 dias, 1/105 do valor de face do título (*pro rata*), descontado o percentual já provisionado referente ao rating atribuído ao cedente ou ao sacado, de tal forma que no 120º dia de atraso o título terá atingido 100% de provisão para perdas.

Para os ativos e parcelas com vencimento anterior a 1º de maio de 2025, a provisão padrão por faixa de atraso inicia-se no 16º dia de vencido (inclusive) e é provisionada durante 135 dias, 1/135 do valor de face do título (*pro rata*), descontado o percentual já provisionado referente ao rating atribuído ao cedente ou ao sacado, de tal forma que no 150º dia de atraso o título terá atingido 100% de provisão para perdas.

A carteira de direitos creditórios e a provisão por redução no valor de recuperação de ativos estão assim apresentadas:

Em 30 de setembro de 2025

Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

		Vencimentos					
	Valor contábil	**0-30**	**31-45**	**46-90**	**91-180**	**181-360**	**Acima de 361**
A vencer							
Notas fiscais	22.432	20.894	351	857	143	103	84
Valor da provisão	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Vencidos							
Notas fiscais	416	228	22	15	35	2	114
Cheques	26	-	-	-	-	-	26
Valor da provisão	**(186)**	**(4)**	**(4)**	**(5)**	**(31)**	**(2)**	**(140)**
Total	**22.874**	**21.122**	**373**	**872**	**178**	**105**	**224**
Total da provisão para perdas no valor de recuperação de ativos	**(186)**	**(4)**	**(4)**	**(5)**	**(31)**	**(2)**	**(140)**

Em 30 de setembro de 2024

Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

		Vencimentos					
	Valor contábil	**0-30**	**31-45**	**46-90**	**91-180**	**181-360**	**Acima de 361**
A vencer							
Notas fiscais	15.367	7.049	5.424	2.362	199	109	224
Cheques	34	34	-	-	-	-	-
Valor da provisão	**(16)**	**(16)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Vencidos							
Notas fiscais	565	558	3	-	-	-	4
Cheques	26	-	-	-	-	-	26
Valor da provisão	**(40)**	**(9)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(31)**
Total	**15.992**	**7.641**	**5.427**	**2.362**	**199**	**109**	**254**
Total da provisão para perdas no valor de recuperação de ativos	**(56)**	**(25)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(31)**

Movimentação da provisão para perdas por redução no valor de recuperação dos ativos:

	30/09/2025	30/09/2024
Saldo no início dos exercícios	**(56)**	**(46)**
Baixas/reversão na provisão por liquidação de ativos	437	290
Constituição de provisão	(567)	(300)
Saldo no final dos exercícios	**(186)**	**(56)**

7. Gerenciamento de riscos

a) Tipos de risco

Pagamento condicionado das cotas: As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar o resgate das cotas decorrem do pagamento dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo. Portanto, os cotistas somente receberão recursos, a título de resgate das cotas, se os resultados e o patrimônio do Fundo assim permitirem. Após o recebimento dos recursos decorrentes do pagamento dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros que integram a carteira do Fundo e, se for o caso, depois de esgotados os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial ou judicial dos referidos ativos, o Fundo poderá não dispor de outros recursos para efetuar o pagamento do resgate das cotas aos cotistas.

Descasamento de taxas – rentabilidade dos ativos inferior ao índice referencial: Os direitos creditórios cedidos e os ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo podem apresentar taxas prefixadas ou pós-fixadas. Assim, é possível que ocorra o descasamento entre as taxas de retorno dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo e o índice referencial das cotas seniores ou das cotas mezanino. Uma vez que o pagamento do resgate das cotas decorre do pagamento dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade da meta de valorização das cotas seniores ou das cotas mezanino. Nessa hipótese, os cotistas poderão ter a remuneração das suas cotas afetada negativamente. O Fundo, os prestadores de serviços essenciais e os demais prestadores de serviços não prometem ou asseguram qualquer rentabilidade aos cotistas.

Ausência de garantia das cotas: As aplicações realizadas nas cotas não contam com garantia dos prestadores de serviços essenciais, dos demais prestadores de serviços, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC. Os prestadores de serviços essenciais e os demais prestadores de serviços não prometem ou asseguram aos cotistas qualquer rentabilidade em razão da aplicação nas cotas. Os recursos para o pagamento do resgate das cotas decorrerão exclusivamente dos resultados e do patrimônio do Fundo, o qual está sujeito a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

Risco de crédito dos devedores e dos eventuais coobrigados: Os prestadores de serviços essenciais e os demais prestadores de serviços não serão responsáveis pelo pagamento dos direitos creditórios cedidos ou pela solvência dos devedores. O Fundo somente procederá ao resgate das cotas na medida em que os recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos forem pagos pelos respectivos devedores ou pelos eventuais coobrigados. Caso, por qualquer motivo, os devedores e os eventuais coobrigados não efetuem o pagamento dos direitos creditórios cedidos, será necessária a adoção de medidas extrajudiciais e judiciais para a recuperação dos direitos creditórios cedidos inadimplidos, nos termos da política de cobrança. Não há garantia de que tais medidas serão bem-sucedidas, podendo haver perdas patrimoniais para o Fundo e os cotistas.

Insuficiência ou ausência de garantia dos direitos creditórios cedidos: Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo poderão contar com garantias reais ou fidejussórias, prestadas pelos respectivos devedores ou por terceiros. Havendo o inadimplemento dos direitos creditórios cedidos, os devedores e os eventuais terceiros garantidores serão executados extrajudicial ou judicialmente. É possível, entre outros, que (a) o objeto da garantia não seja encontrado ou tenha perecido; (b) o Fundo não consiga alienar os bens e direitos decorrentes da excussão da garantia, tal alienação demore para ocorrer ou o valor obtido com a execução da garantia seja insuficiente para o pagamento dos direitos creditórios cedidos inadimplidos; ou (c) a excussão da garantia seja morosa ou o Fundo não consiga executá-la. Em qualquer caso, os resultados e o patrimônio do Fundo poderão ser afetados negativamente. Ademais, o Fundo poderá adquirir direitos creditórios que não contem com qualquer garantia, real ou fidejussória.

Possibilidade de ausência de coobrigação dos cedentes: Os direitos creditórios poderão ser adquiridos pelo Fundo sem coobrigação dos respectivos cedentes ou de terceiros. Assim, na hipótese de inadimplemento dos direitos creditórios cedidos, os resultados e o patrimônio do Fundo poderão ser impactados negativamente.

Não performance dos direitos creditórios: É permitido ao Fundo adquirir direitos creditórios não performados, ou seja, direitos creditórios cuja exigibilidade ainda dependa de contraprestação pelos respectivos cedentes. Fatos que afetem o cumprimento da contraprestação pelos respectivos cedentes poderão prejudicar a exigibilidade dos direitos creditórios cedidos, afetando negativamente o patrimônio do Fundo.

Risco de crédito dos emissores ou contrapartes dos ativos financeiros de liquidez: A parcela do patrimônio líquido não aplicada nos direitos creditórios pode ser aplicada em ativos financeiros de liquidez. Os ativos financeiros de liquidez poderão vir a não ser honrados pelos respectivos emissores ou contrapartes, de modo que o Fundo teria que suportar tais prejuízos, afetando negativamente a rentabilidade das cotas.

Cobrança extrajudicial ou judicial: No caso de inadimplemento dos direitos creditórios cedidos ou dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo, não há garantia de que a cobrança extrajudicial ou judicial dos valores devidos atingirá os resultados almejados, o que poderá implicar perdas patrimoniais para o Fundo e os cotistas. Ainda, todos os custos incorridos para a cobrança extrajudicial ou judicial dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo serão de inteira responsabilidade do Fundo e, consequentemente, dos cotistas, não estando os prestadores de serviços essenciais e os demais prestadores de serviços, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pelo pagamento de tais custos. Os prestadores de serviços essenciais e os demais prestadores de serviços não serão responsáveis por qualquer perda ou dano sofrido pelo Fundo ou pelos cotistas em decorrência da não propositura (ou do não prosseguimento), pelo Fundo, das medidas extrajudiciais ou judiciais necessárias à cobrança extrajudicial ou judicial dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo.

Patrimônio líquido negativo: As aplicações do Fundo estão, por sua natureza, sujeitas a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, não havendo garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e os cotistas. As estratégias de investimento do Fundo poderão fazer com que o patrimônio líquido seja negativo, hipótese em que, sendo a responsabilidade dos cotistas ilimitada, os cotistas serão obrigados a realizar aportes adicionais de recursos.

Inexistência de mercado secundário para a negociação dos direitos creditórios: Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para a negociação dos direitos creditórios. Portanto, caso, por qualquer motivo, seja necessária a alienação dos direitos creditórios cedidos, poderá não haver compradores ou o preço de venda poderá causar perdas patrimoniais para o Fundo e os cotistas.

Prazo para pagamento do resgate das cotas: O Fundo é constituído em regime aberto, de modo que as cotas poderão ser resgatadas de acordo com os procedimentos definidos no regulamento do Fundo ou, ainda, em caso de liquidação do Fundo. O resgate das cotas seniores e das cotas mezanino será realizado de acordo as regras estabelecidas para a solicitação e o pagamento do resgate das cotas. O investimento nas cotas não é recomendável a investidores que necessitem de liquidez imediata ou em prazo inferior ao prazo para pagamento do resgate das cotas.

Fechamento do Fundo para resgates: Na hipótese de fechamento dos mercados e em casos excepcionais de iliquidez dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo, o administrador e a gestora, de comum acordo, poderão declarar o fechamento do Fundo para a realização de resgates. Todos os pedidos de resgate pendentes de conversão, quando do fechamento do Fundo, deverão ser cancelados. Até que a Assembleia delibere sobre as alternativas previstas na Resolução CVM 175/2022, os cotistas poderão sofrer prejuízos com a falta de liquidez do seu investimento nas cotas.

Falhas operacionais: A aquisição, a liquidação e a cobrança dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez dependem da atuação conjunta e coordenada dos prestadores de serviços essenciais, dos demais prestadores de serviços e de eventuais terceiros. O Fundo poderá sofrer perdas patrimoniais, caso os procedimentos operacionais descritos no regulamento e nos demais documentos relacionados ao Fundo venham a sofrer falhas técnicas ou sejam comprometidos pela necessidade de substituição de qualquer dos prestadores de serviços contratados.

Troca de informações: Dada a complexidade operacional própria das operações do Fundo, não há garantia de que as trocas de informações entre os prestadores de serviços essenciais, os demais prestadores de serviços e eventuais terceiros ocorrerão livre de erros. Caso tal risco venha a se materializar, o funcionamento regular do Fundo será afetado adversamente, prejudicando os resultados e o patrimônio do Fundo.

Interrupção da prestação de serviços: O funcionamento do Fundo depende da atuação conjunta e coordenada dos prestadores de serviços essenciais e dos demais prestadores de serviços. Qualquer interrupção na prestação dos serviços pelos prestadores de serviços essenciais ou pelos demais prestadores de serviços, inclusive em razão da sua substituição, poderá prejudicar o regular funcionamento do Fundo. Ademais, caso qualquer dos prestadores de serviços essenciais ou dos demais prestadores de serviços seja substituído, poderá haver um aumento dos custos do Fundo com a contratação de um novo prestador de serviços.

Documentos comprobatórios – verificação por amostragem: Tendo em vista a diversificação dos devedores e a quantidade e o valor médio dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo fundo, a gestora ou pelo prestador de serviços por ela subcontratado realizará a verificação do lastro dos direitos creditórios cedidos por amostragem. Considerando que tal verificação é realizada a partir de uma amostra dos direitos creditórios cedidos, a carteira do fundo poderá conter direitos creditórios cedidos cujos documentos comprobatórios apresentem irregularidades, obstando o pleno exercício pelo Fundo dos direitos e prerrogativas decorrentes da titularidade dos referidos direitos creditórios.

Guarda dos documentos comprobatórios: O administrador ou o custodiante, conforme o caso, realizará a guarda física ou eletrônica dos documentos comprobatórios dos direitos creditórios cedidos, podendo subcontratar prestadores de serviços. A subcontratação da guarda dos documentos comprobatórios pelo administrador ou pelo custodiante, conforme o caso, poderá dificultar a verificação da constituição e da performance dos direitos creditórios cedidos, caso venha a ser necessária, inclusive, no âmbito da cobrança extrajudicial ou judicial dos direitos creditórios cedidos inadimplidos.

Insuficiência dos critérios de elegibilidade e das condições de cessão: A verificação dos critérios de elegibilidade e das condições de cessão não constitui garantia do pagamento dos direitos creditórios cedidos. Os recursos para o pagamento do resgate das cotas decorrerão exclusivamente dos resultados e do patrimônio do Fundo, o qual está sujeito a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

Liquidação do Fundo: Existem eventos que podem ensejar a liquidação do Fundo, conforme previsto no regulamento do Fundo. Assim, há a possibilidade de os cotistas receberem os valores investidos de forma antecipada, frustrando a sua expectativa inicial, sendo que os cotistas poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma rentabilidade, até então, proporcionada pelo Fundo. Ademais, ocorrendo a liquidação do Fundo, poderá não haver recursos imediatos suficientes para o pagamento do resgate das cotas aos cotistas (por exemplo, em razão de o pagamento dos ativos integrantes da carteira do Fundo ainda não ser exigível). Nesse caso, o pagamento do resgate das cotas ficaria condicionado (a) ao vencimento ou ao resgate dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo; (b) à alienação dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez a terceiros, podendo o preço de venda causar perdas patrimoniais para o Fundo e os cotistas; ou (c) ao resgate das cotas mediante a dação em pagamentos dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo.

Dação em pagamento de ativos: Ocorrendo a liquidação do Fundo, as cotas poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo. Os cotistas poderão encontrar dificuldades para negociar ou cobrar os direitos creditórios cedidos e os ativos financeiros de liquidez recebidos.

Observância da alocação mínima: Não há garantia de que o Fundo encontrará direitos creditórios suficientes, que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão, para fazer frente à alocação mínima. A continuidade do Fundo depende da manutenção dos fluxos de originação e de aquisição dos direitos creditórios.

Originação dos direitos creditórios: A continuidade do Fundo está condicionada à originação e ao interesse dos cedentes em ceder direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão. Na hipótese de, por qualquer motivo (incluindo, mas não se limitando a interrupção das atividades dos cedentes), não existirem direitos creditórios elegíveis para aquisição pelo Fundo, a alocação mínima poderá ser desenquadrada.

Atividade dos cedentes: As atividades dos cedentes que resultam na originação dos direitos creditórios poderão ser afetadas por diversos fatores, inclusive condições de mercado, efeitos da política econômica do Governo Federal, mudanças legislativas ou regulatórias, concorrência e riscos operacionais. Ainda, é possível que os critérios adotados pelos cedentes para a concessão de crédito aos devedores e a originação dos direitos creditórios, incluindo aqueles previstos na política de crédito, sejam alterados, por decisão dos próprios cedentes ou não, o que poderá impactar a originação de direitos creditórios que atendam aos critérios de elegibilidade e às condições de cessão. Caso, por qualquer motivo, os cedentes deixem de originar e ceder os direitos creditórios ao fundo, a continuidade do Fundo será prejudicada. Adicionalmente, os cedentes poderão descumprir as suas obrigações assumidas nos respectivos contratos de cessão, afetando o regular funcionamento do Fundo.

Vícios questionáveis: As operações que originam os direitos creditórios cedidos, bem como os respectivos documentos comprobatórios, poderão apresentar vícios questionáveis juridicamente ou, ainda, irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderá ser necessária uma decisão judicial para o pagamento dos direitos creditórios cedidos pelos devedores, sendo possível que seja proferida uma decisão judicial desfavorável ao Fundo. Em qualquer caso, o Fundo sofrerá prejuízos, seja pela demora, seja pela ausência de recebimento dos recursos.

Risco relacionado aos documentos comprobatórios que não sejam títulos executivos extrajudiciais: Caso os documentos comprobatórios não sejam títulos executivos extrajudiciais, a cobrança judicial dos respectivos direitos creditórios cedidos não se beneficiará da celeridade de um processo de execução. A cobrança dos direitos creditórios cedidos por meio de ação de conhecimento poderá ser mais demorada, uma vez que tal cobrança impõe ao credor a necessidade de se obter uma sentença transitada em julgado, reconhecendo a obrigação de pagamento do devedor, para que, então, a referida sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do tribunal em que a cobrança seja processada, pode demorar de 4 a 5 anos, em média. Adicionalmente, para a instrução da ação de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações que não são inicialmente disponibilizados ao Fundo e, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança dos direitos creditórios cedidos. Assim, o Fundo poderá permanecer um longo tempo sem receber os recursos referentes aos direitos creditórios cedidos que sejam discutidos judicialmente, em prejuízo do Fundo e da rentabilidade do investimento realizado pelos cotistas.

Questionamento da validade e da eficácia da cessão: A validade e a eficácia da cessão dos direitos creditórios ao Fundo poderão ser questionadas, inclusive em decorrência de insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou outro procedimento de natureza similar dos respectivos cedentes. Ademais, a cessão dos direitos creditórios ao Fundo poderá vir a ser questionada caso (a) haja garantias reais sobre os direitos creditórios, constituídas antes da sua cessão e sem o conhecimento do Fundo; (b) ocorra a penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os direitos creditórios, antes da sua cessão e sem o conhecimento do Fundo; (c) seja verificada, em processo judicial, fraude contra credores ou fraude à execução praticada pelos cedentes; ou (d) a cessão dos direitos creditórios seja revogada, quando restar comprovado que a mesma foi praticada com a intenção de prejudicar os credores dos cedentes. Em qualquer hipótese, os direitos creditórios cedidos poderão ser bloqueados ou redirecionados para o pagamento de outras obrigações dos respectivos cedentes, afetando negativamente o patrimônio líquido e a rentabilidade das cotas.

Ausência de registro dos contratos de cessão e dos termos de cessão: Os contratos de cessão e os termos de cessão não serão registradas nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes. O registro da operação de cessão de crédito tem por objetivo tornar pública a realização da cessão, de modo que, caso um cedente realize uma nova operação de cessão do mesmo crédito a terceiro, a operação previamente registrada prevaleça. A ausência de registro poderá representar um risco ao fundo em relação aos direitos creditórios cedidos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo respectivo cedente a mais de um cessionário. Os prestadores de serviços essenciais e os demais prestadores de serviços não se responsabilizam pelos prejuízos sofridos pelo Fundo em razão da ausência de registro dos contratos de cessão e dos termos de cessão.

Risco de fungibilidade – intervenção ou liquidação de instituição: Os recursos decorrentes do pagamento dos direitos creditórios cedidos e dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo serão recebidos (a) na conta de titularidade do Fundo; ou (b) em uma conta vinculada. No caso de decretação de regime de administração especial temporária (RAET), intervenção, liquidação extrajudicial, insolvência ou falência da instituição na qual seja mantida qualquer dessas contas, os recursos nela depositados poderão ser bloqueados e não vir a ser recuperados, afetando negativamente o patrimônio do Fundo.

Risco de fungibilidade – bloqueio da conta vinculada por motivo relacionado ao cedente: Os recursos decorrentes do pagamento dos direitos creditórios cedidos poderão ser recebidos em uma conta vinculada. Os recursos depositados na conta vinculada ou na conta de livre movimentação de titularidade do cedente poderão vir a ser alcançados por obrigações do respectivo cedente, inclusive em decorrência de insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou outro procedimento de natureza similar, afetando negativamente o patrimônio do Fundo.

Pagamento dos direitos creditórios ao cedente: Na hipótese de, por qualquer motivo, os recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos serem pagos ao cedente, o cedente deverá transferir tais recursos para a conta de titularidade do Fundo. Não há garantia de que o cedente cumprirá a sua obrigação de transferir os recursos recebidos para a conta de titularidade do Fundo. A rentabilidade do Fundo será afetada negativamente em caso de descumprimento do cedente.

Ausência de notificação dos devedores: Os devedores não serão notificados da cessão dos direitos creditórios ao Fundo. Nos termos do artigo 290 do Código Civil, a cessão dos direitos creditórios não terá eficácia em relação aos devedores se não for a eles notificada. Assim, é possível que os devedores não efetuem o pagamento dos direitos creditórios cedidos ao Fundo, ou o façam diretamente aos respectivos cedentes, hipótese em que o Fundo e os cotistas poderão sofrer prejuízos.

Risco de conciliação: Os direitos creditórios poderão ser pagos de outras formas, que não por meio de boleto bancário, incluindo Transferência Eletrônica Disponível (“TED”) ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”). Atrasos na conciliação dos recursos pagos em razão de dificuldades na sua identificação poderão afetar negativamente o patrimônio líquido, causando prejuízos ao Fundo e aos cotistas.

Pré-pagamento dos direitos creditórios cedidos: Os devedores poderão pagar os direitos creditórios cedidos de forma antecipada. O pagamento antecipado dos direitos creditórios cedidos poderá implicar o recebimento de um valor inferior ao originalmente previsto pelo Fundo, em razão de eventual redução dos juros que seriam cobrados ou, então, de desconto concedido em razão do pré-pagamento. O Fundo poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos nas mesmas condições, resultando na redução da sua rentabilidade.

Risco de concentração: O risco da aplicação no Fundo tem relação direta com a concentração da sua carteira em direitos creditórios cedidos por um mesmo cedente ou por cedentes integrantes do mesmo grupo econômico, bem como devidos por um mesmo devedor ou por devedores integrantes do mesmo grupo econômico. Quanto maior for essa concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das cotas.

Ausência de propriedade direta dos ativos: Os direitos dos cotistas serão exercidos sobre todos os ativos da carteira do Fundo de modo não individualizado, proporcionalmente à quantidade de cotas detidas por cada um. Portanto, os cotistas não terão qualquer direito de propriedade direta sobre os direitos creditórios cedidos e os ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo.

Risco de não classificação do Fundo como de longo prazo: A gestora envidará os seus melhores esforços para adquirir ativos financeiros de liquidez cujo vencimento permita a classificação do Fundo como de longo prazo, para fins da tributação dos cotistas. Entretanto, não há garantia de que o Fundo terá o tratamento tributário aplicável aos fundos de longo prazo, sendo que o administrador e a gestora não assumem qualquer compromisso nesse sentido.

Risco de desenquadramento para fins tributários: Caso os ativos previstos na alocação mínima deixem de satisfazer qualquer uma das condições previstas na Lei 14.754, de 12 de dezembro de 2023 e regulamento e/ou o Fundo não seja considerado(a) como entidade de investimento, nos termos da resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.111, de 21 de dezembro de 2023, não é possível garantir que estes ativos e, consequentemente, o Fundo recebam o tratamento tributário destinado ao regime específico dos fundos não sujeitos à tributação periódica, o que poderá afetar a tributação do Fundo e, consequentemente, a sua rentabilidade. Se mantido o enquadramento da alocação mínima tributária e da entidade de investimento, a qual a gestora de forma discricionária busca perseguir, os cotistas passarão a se sujeitar ao regime específico dos fundos não sujeitos à tributação periódica, conforme definição disposta na Lei 14.754, e suas alterações, com a produção de efeitos completos a partir de 1º de janeiro de 2024. Isso significa que, o Fundo estará sujeito ao IRRF de 15% na distribuição de rendimentos, amortização ou resgate de cotas.

Emissão de novas cotas: O Fundo pode, a qualquer tempo, observado o disposto no regulamento do Fundo, emitir novas cotas. Na hipótese de emissão de cotas, os cotistas não terão direito de preferência na sua subscrição, o que poderá resultar na diluição dos direitos políticos dos cotistas titulares das cotas então em circulação. Ademais, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada durante o período em que os recursos decorrentes da emissão das novas cotas não estiverem investidos em direitos creditórios cedidos, nos termos do regulamento do Fundo.

Concentração das cotas: Não há restrição quanto à quantidade máxima de cotas que poderá ser detida por um mesmo cotista. Assim, um único cotista pode vir a deter parcela substancial das cotas e, consequentemente, uma participação expressiva no patrimônio líquido. Tal fato poderá fragilizar a posição dos demais cotistas em razão da possibilidade de certas deliberações na Assembleia virem a ser tomadas pelo cotista "majoritário" em função de seus interesses próprios e em detrimento do Fundo e dos cotistas "minoritários".

Quórum qualificado: O regulamento do Fundo estabelece quóruns qualificados para a Assembleia deliberar sobre determinadas matérias de interesse dos cotistas. Tais quóruns poderão acarretar limitações às atividades do Fundo em decorrência da impossibilidade de aprovação de certas matérias na Assembleia.

Subordinação: Nos termos do regulamento do Fundo, as cotas mezanino se subordinam às cotas seniores e as cotas juniores se subordinam às cotas seniores e às cotas mezanino, para efeitos de pagamento da amortização e do resgate. Assim, o pagamento da amortização ou do resgate das cotas mezanino e das cotas juniores está condicionado ao recebimento, pelo Fundo, de recursos suficientes após o pagamento da amortização ou do resgate das cotas seniores e, conforme o caso, das cotas mezanino. Tendo em vista os riscos aos quais o Fundo está exposto, é possível que o Fundo não disponha de recursos suficientes para realizar o pagamento da amortização ou do resgate das cotas mezanino e/ou das cotas juniores.

Efeitos da política econômica do Governo Federal: O Fundo, os direitos creditórios, os ativos financeiros de liquidez, os cedentes e os devedores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente nas políticas monetária, fiscal e cambial e, consequentemente, também na economia do país. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais, limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outros. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo Federal, poderão gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente, por exemplo, o pagamento dos direitos creditórios cedidos.

Flutuação de preços dos ativos financeiros de liquidez: A parcela do patrimônio líquido não aplicada nos direitos creditórios pode ser aplicada em ativos financeiros de liquidez. Os preços e a rentabilidade dos ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações e podem flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações nas políticas de crédito, econômica e fiscal, notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores ou contrapartes, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação de referidos ativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade dos ativos financeiros de liquidez seja avaliada por valores inferiores aos de sua emissão ou contabilização inicial.

Precificação dos ativos de liquidez: Os ativos financeiros de liquidez integrantes da carteira do Fundo são avaliados de acordo com os critérios e os procedimentos estabelecidos pela regulamentação em vigor. Referidos parâmetros, tais como o de marcação a mercado dos ativos financeiros de liquidez (*mark-to-market*), poderão causar variações nos valores dos referidos ativos, podendo resultar em redução do valor das cotas.

Restrições de natureza legal ou regulatória: Eventuais restrições de natureza legal ou regulatória podem afetar adversamente a validade da constituição e da aquisição dos direitos creditórios, o comportamento dos referidos ativos e os fluxos de caixa a serem gerados. Na ocorrência de tais restrições, tanto o fluxo de originação e cessão dos diretos creditórios como o fluxo de pagamento dos referidos ativos poderá ser interrompido, comprometendo a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos cotistas.

Limitação do gerenciamento de riscos: As aplicações do Fundo estão, por sua natureza, sujeitas a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação. Ainda que o administrador e a gestora mantenham sistemas de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e os cotistas.

Risco decorrente de falhas da entidade registradora: O registro dos direitos creditórios adquiridos, caso aplicável, depende, em especial, da operação da entidade registradora e do sistema de registro. No caso de falhas na prestação de serviços pela entidade registradora ou de seu respectivo sistema de registro, incluindo, sem limitação, em decorrência de indisponibilidade sistêmica ou qualquer tipo de falha operacional, os registros sobre os direitos creditórios adquiridos podem ser prejudicados, o que poderá gerar perdas patrimoniais ao Fundo e, consequentemente, aos cotistas.

Demais riscos: O Fundo está sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais etc.

b) Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência do administrador, gestora e da consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a gestora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus cotistas.

De forma resumida, o processo constante de avaliação e monitoramento do risco consiste em:

i. **Risco de crédito:** o administrador possui metodologia para definição de perdas esperadas para os direitos creditórios em carteira, que são mensuradas e revisadas durante toda a permanência do direito creditório na carteira do Fundo efetuando avaliações creditícias sobre os cedentes e avaliando o comportamento e o histórico de liquidez dos recebíveis.

ii. **Risco de liquidez:** o administrador constitui provisão de reserva de amortização, destinando os recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata.

iii. **Risco de mercado:** o administrador monitora as taxas mínimas de cessão praticadas pelo Fundo respeitando os limites previstos em regulamento.

8. Instrumentos financeiros derivativos

É vedado ao Fundo realizar operações derivativos.

O Fundo não realizou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 30 de setembro de 2025 e 2024.

9. Evolução da cota e rentabilidade

A rentabilidade calculada com base na variação da cota, comparada com a variação do *benchmark*, o resultado e o patrimônio líquido médio foram os seguintes:

Cotas seniores 1ª emissão	Valor da cota (em R$)	Rentabilidade (%)	Resultado	*Benchmark*	Patrimônio líquido médio
06/01 ([1]) 30/09/2025	1.126,182046	12,62	169	100% CDI + 3,00 % a.a.	1.408

Cotas subordinadas mezanino A	Valor da cota (em R$)	Rentabilidade (%)	Resultado	*Benchmark*	Patrimônio líquido médio
30/09/2025	5.335,003369	17,81	1.497	100% CDI + 4,00 % a.a.	9.097
30/09/2024	4.528,419182	15,48	1.047	100% CDI + 4,00 % a.a.	7.330

Cotas subordinadas juniores	Valor da cota (em R$)	Rentabilidade (%)	Resultado	Patrimônio líquido médio

30/09/2025	94.893,540863	19,34	2.302	13.110
30/09/2024	79.512,485212	15,48	2.830	7.330

([1]) Data de início da subclasse de cotas.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

10. Emissão e resgate de cotas

a) Patrimônio líquido

O patrimônio do Fundo é representado por classe única de cotas e pelas suas respectivas subclasses de cotas seniores, subordinadas mezanino e subordinadas juniores.

b) Emissão

As cotas, independentemente da subclasse, serão integralizadas (a) na data da 1ª integralização, pelo valor da cota da respectiva subclasse previsto no respectivo regulamento do Fundo; e (b) a partir do dia útil seguinte à data da 1ª integralização, pelo valor atualizado da cota da respectiva subclasse desde a data da 1ª integralização até a data da efetiva disponibilização de recursos ao Fundo.

	30/09/2025		30/09/2024	
Cotas emitidas	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**
Cotas seniores 1ª emissão	1.483,496806	1.500	-	-
Cotas subordinadas mezanino A	715,892534	3.636	659,122878	2.712
Cotas subordinadas juniores	15,775325	1.378	1,529401	120
Total		**6.514**		**2.832**

c) Resgate de cotas

Os pagamentos de resgate serão realizados, como regra geral, em moeda corrente nacional, por meio de depósito ou transferência de recursos para a conta corrente especificada pelos respectivos cotistas, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

Respeitado o período de carência definido no respectivo regulamento do Fundo, os cotistas poderão solicitar o resgate das suas cotas seniores ou das suas cotas mezanino, a qualquer tempo. As cotas juniores somente poderão ser resgatadas após

o resgate integral de todas as cotas seniores e de todas as cotas mezanino em circulação.

O resgate das cotas seniores e das cotas mezanino será pago no primeiro dia útil subsequente à respectiva conversão, com base no valor unitário apurado no dia útil imediatamente anterior ao efetivo pagamento do resgate.

	30/09/2025		30/09/2024	
Cotas resgatadas	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor**
Cotas seniores 1ª emissão	70,874371	(78)	326,296003	-
Cotas subordinadas mezanino A	343,822105	(1.733)	12,158065	(1.390)
Cotas subordinadas juniores	24,075494	(2.103)	326,296003	(840)
Total		**(3.914)**		**(2.230)**

No exercício findo em 30 de setembro de 2025 o saldo na rubrica de “Resgates a pagar” no passivo e “Resgates a converter” no ativo, ambos no valor de R$ 300, refere-se à solicitação de resgate dos cotistas seniores, que estão pendentes de pagamento, observado o prazo de carência dos resgates.

11. Negociação de cotas

As cotas não poderão ser objeto de cessão ou transferência, exceto nos casos expressamente previstos no artigo 16 da parte geral da Resolução CVM 175/2022.

12. Classificação por agência classificadora de risco

O Fundo é avaliado pela empresa de rating especializada Austin Rating, que confirmou em 13 de agosto de 2025 as seguintes classificações de risco para as cotas do Fundo:

Cotas	**Rating**	**Perspectiva**
Cotas seniores 1ª emissão	BrA+(sf)	Estável
Cotas subordinadas mezanino A	BrA(sf)	Estável

As cotas subordinadas juniores são destinadas a investidores qualificados, de forma que as cotas não são submetidas à avaliação por agência classificadora de risco de crédito, conforme normativo vigente.

13. Custódia de títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos federais são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As cotas de fundos de investimentos são escriturais e seu controle é mantido pelos administradores dos respectivos fundos investidos.

O Banco Finaxis S.A., é o responsável pela custódia e a guarda dos documentos representativos do crédito.

14. Prestadores de serviços

Administração:	Banco Finaxis S.A.
Controladoria:	Banco Finaxis S.A.
Custódia:	Banco Finaxis S.A.
Escrituração:	Banco Finaxis S.A.
Gestão:	Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.
Consultoria:	SP Banco de Fomento Mercantil e Consultoria Ltda.
Cobrança:	SP Banco de Fomento Mercantil e Consultoria Ltda.

15. Encargos do fundo

As taxas patrimoniais serão calculadas e provisionadas diariamente, tendo como base o patrimônio líquido do Fundo do primeiro dia útil imediatamente anterior, com a aplicação da fração de 1/252, por dias úteis, sendo o pagamento realizado mensalmente até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido.

a) Taxa de administração

Pela prestação dos serviços de administração fiduciária, distribuição, escrituração e controladoria do Fundo, o Fundo pagará ao administrador a taxa mínima de administração, equivalente a (a) 0,45% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido; acrescidos (b) das taxas por evento previstas no suplemento do regulamento do Fundo.

As despesas e os valores a pagar com administração foram de:

	Despesas		Valores a pagar	
Serviços prestados	**2025**	**2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Administração	(104)	(82)	(10)	(8)

b) Taxa de gestão

Pela prestação dos serviços de gestão do Fundo, o fundo pagará à gestora a taxa mínima de gestão, equivalente a 0,05% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido.

As despesas e os valores a pagar com gestão foram de:

	Despesas		Valores a pagar	
Serviços prestados	**2025**	**2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Gestão	(12)	(9)	(1)	(1)

c) Taxa de custódia

Pelos serviços de custódia qualificada dos direitos creditórios e dos ativos financeiros será devida pelo Fundo ao custodiante a taxa de custódia, o montante equivalente a R$ 5 mensais contado a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de cotas (inclusive), atualizado anualmente pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M).

As despesas e os valores a pagar com custódia foram de:

	Despesas		Valores a pagar	
Serviços prestados	**2025**	**2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Custódia	(112)	(109)	(13)	(12)

d) Taxa de consultoria

Pela prestação dos serviços de consultoria especializada, o Fundo pagará à consultoria especializada uma remuneração equivalente ao percentual de 1,5% sobre o valor de face dos títulos adquiridos pelo Fundo.

As despesas e valores a pagar com consultoria foram de:

	Despesas		Valores a pagar	
Serviços prestados	**2025**	**2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Consultoria	(3.302)	(2.766)	(320)	(326)

e) Reversão de provisão de exercício anteriores

O saldo apresentado na rubrica "Reversão de provisão de exercícios anteriores", no montante de R$ 9, registrado na demonstração do resultado, refere-se à devolução parcial do pagamento da taxa de fiscalização CVM, referente aos exercícios findos em 2024, 2023 e 2022, em decorrência de recolhimentos efetuados a maior.

16. Legislação tributária

a) Imposto de renda

Em conformidade com a Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023, e demais normativos vigentes, os rendimentos das aplicações em fundos de investimento serão tributados semestralmente no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano à alíquota de 15% para fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias (longo prazo) e a 20% para fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias (curto prazo).

Na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas, aplica-se o percentual complementar necessário para totalizar a alíquota prevista, variável em razão do prazo da aplicação e classificação tributária do fundo:

Longo prazo

i. 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
ii. 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
iii. 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias; e
iv. 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

Curto prazo

i. 22,5% em aplicações com prazo de até 6 meses; e
ii. 20% em aplicações com prazo acima de 6 meses.

Os fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em participações enquadrados como entidades de investimento, que cumprirem os demais requisitos previstos na legislação, não estão sujeitos à tributação periódica e serão tributados à alíquota de 15% na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

b) IOF – Imposto sobre operações financeiras

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estão sujeitos à cobrança de IOF. A alíquota de IOF é de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, e decrescente em função do prazo da aplicação conforme tabela anexa ao Decreto 6.306, de 14 de dezembro de 2007. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não há cobrança de IOF.

Adicionalmente, conforme previsto do Decreto Lei 12.499, de 11 de junho de 2025, haverá incidência do IOF, à alíquota de 0,38%, sobre o valor correspondente à aquisição primária de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), inclusive nas aquisições realizadas por instituições financeiras.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do imposto de renda na fonte e ou IOF sobre os resgates.

17. Demandas judiciais

O Fundo figura como polo passivo em ações judiciais e extrajudiciais. Segundo informações dos seus assessores jurídicos, as ações nas quais as expectativas de desfecho desfavorável ao Fundo são consideradas prováveis, estão apresentadas abaixo:

Passivo	Provável
Exercício findo em 30 de setembro de 2025	-
Exercício findo em 30 de setembro de 2024	(50)

18. Operações com partes relacionadas

O Fundo realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

i. Serviços prestados

		Despesas		Valores a pagar	
Parte relacionada	**Serviços prestados**	**2025**	**2024**	**30/09/2025**	**30/09/2024**
Do administrador					
Banco Finaxis S.A.	Administração	(104)	(82)	(10)	(8)
Banco Finaxis S.A.	Custódia	(112)	(109)	(13)	(12)
Banco Finaxis S.A.	Controladoria ([1])	-	-	-	-
Banco Finaxis S.A.	Escrituração ([1])	-	-	-	-
Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.	Gestão	(12)	(9)	(1)	(1)
Dos cotistas					
SP Banco de Fomento Mercantil e Consultoria Ltda.	Consultoria/ cobrança	(3.302)	(2.776)	(320)	(326)

([1]) Valores que já estão contemplados na taxa de administração.

ii. Depósitos bancários

O Fundo efetua movimentações financeiras em conta corrente mantida junto ao Banco Finaxis S.A., administrador do Fundo. Em 30 de setembro de 2025 e 2024 não havia saldo disponível.

iii. Administração de fundos investidos

O fundo investido Petra Liquidez Fundo de Investimento Referenciado DI LP, é administrado pelo Banco Finaxis S.A., administrador do Fundo.

iv. Recompra de direitos creditórios

As ações de cobranças realizadas pelo SP Banco de Fomento Mercantil e Consultoria Ltda, junto aos respectivos sacados e/ou cedentes, resultaram em recompras e/ou substituições pelos cedentes. O montante recomprado e/ou substituído no exercício está demonstrado a seguir:

	Valor de aquisição	Valor presente	Valor pago	Resultado
Exercício findo em 30 de setembro de 2025	2.489	2.553	2.580	27
Exercício findo em 30 de setembro de 2024	1.335	1.353	1.382	29

v. Operações com direitos creditórios

O Fundo possui direitos creditórios que tem como sacado companhia em que um cotista das subclasses subordinadas mezanino e subordinadas juniores possui participação societária:

	30/09/2025		30/09/2024	
Sacado	**Valor nominal**	**Valor de aquisição**	**Valor nominal**	**Valor de aquisição**
Sacado 1	6.886	6.657	-	-
Sacado 2	6.780	6.565	-	-
Sacado 3	8.345	8.079	-	-
Sacado 4	2.429	2.338	-	-
Sacado 5	7.848	7.602	-	-
Sacado 6	8.355	8.100	-	-
Total	**40.643**	**39.341**	**-**	**-**

19. Alterações estatutárias

O Termo de Apuração da Consulta Formal de 22 de setembro de 2025 deliberou sobre:

i. Alteração e inclusão de definições no regulamento do Fundo;
ii. Alteração do item 10.5 e 10.5.1, do Capítulo 10 do regulamento do Fundo – Política de investimento;
iii. Alteração do item 12.2 das condições de cessão, do Capítulo 12 do regulamento do Fundo – Critério de elegibilidade e condições de cessão;
iv. Inclusão do item 14.49, do Capítulo 14 do regulamento do Fundo – Fatores de riscos; e

v. Demais alterações no regulamento do Fundo.

O Termo de Apuração de 19 de fevereiro de 2025 autorizou a deliberar sobre à aprovação das contas e das demonstrações financeiras do fundo relativa ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2024.

O Termo de Apuração da Consulta Formal de 05 de novembro de 2024 deliberou sobre:

i. Alteração da denominação social do Fundo para "SP Recebíveis Premium I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissegmentos";
ii. A adaptação à Resolução CVM 175/2022; e
iii. Outras alterações do regulamento do Fundo.

20. Eventos subsequentes

Alterações estatutárias

Termo de Apuração da Consulta Formal de 13 de outubro de 2025 deliberou sobre o pagamento de resgate de cotas juniores em direitos creditórios pelo valor contábil. O valor nominal da carteira de 06 de outubro de 2025 no montante de R$ 4.665.

21. Informações adicionais

a) Outros serviços prestados pelo auditor independente

O administrador não contratou outros serviços da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

b) Diretor e contadora

O diretor e a contadora responsáveis pelo Fundo são:

Luis Locaspi	Suelen Inácia de Oliveira
Diretor	Contadora CRC PR-065.476/0-0

***